



POR
JOSAPHAT
MARINHO

Marinho, Josaphat (Sen)

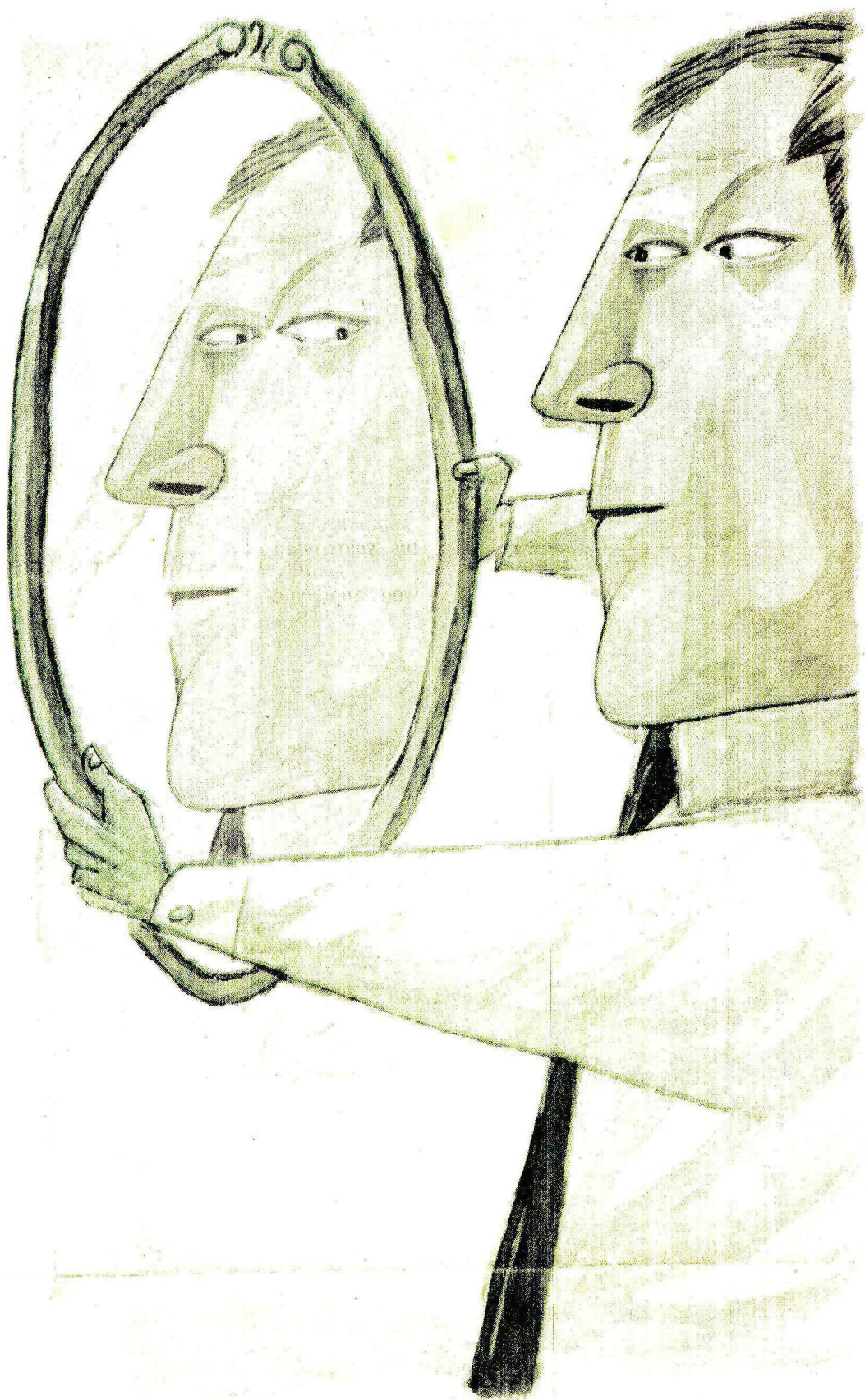
Autocrítica educativa

Documento confidencial do primeiro-ministro Tony Blair escapou, há dias, para a publicidade da imprensa. É o escrito em que reflete sobre a situação do governo, reconhecendo que este, de "alguma forma, está fora de sintonia com os mais profundos sentimentos britânicos". Revela surpresa com o estado da opinião, pois entende que tem adotado medidas adequadas. Mas deixa ver que se impõe "uma estratégia contra a idéia de que ele e seu governo trabalhista são fracos e lentos em assuntos relacionados a política familiar, criminalidade, imigração clandestina, Europa e defesa nacional".

Se a divulgação, com surpresa, de um informe confidencial é condenável, tranqüiliza conhecer uma autocrítica de governo, e de seu próprio chefe. O dirigente político e administrativo que tem a capacidade de meditar sobre o destino de seu governo, e admite a necessidade de mudança, revela isenção criadora de confiança. Procede com espírito educativo. Ao contrário, o governante que ignora ou repele a censura a seus atos não tem senso democrático, nem considera a importância do juízo popular. Ensimesmado, julga-se titular da verdade, absoluta e inatacável. Toda ponderação, ainda que superiormente educada, tem para ele feição de animosidade. A reprovação clara representa desrespeito.

Em países civilizados, como nos em desenvolvimento, multiplicam-se exemplares dessa espécie de ditadores: europeus, americanos e de outros continentes. Não é preciso nomeá-los, porque os relembra a injustiça ou a mesquinhez de seus atos. Demasiado não será, porém, recordar que da prisão, no Estado Novo, em 1938, Otávio Mangabeira, em carta histórica dirigida ao ministro da Guerra, traçou o perfil desses regimes de força. E acentuou, com ironia, que, quando via um desses ditadores com a Constituição "embaixo do braço", a imagem que lhe ocorria era a "desses réus de muitas mortes, que penduram ao pescoço o crucifixo". Reviver essa imagem é tanto mais oportuno quanto ameaçam renascer, ou já estão renascendo, no continente americano, conhecidas ditaduras, buscando até revestir-se de roupagem democrática.

Demais, mesmo em sistemas de governo considerados democráticos, não é comum o dirigente praticar a humildade, ou a correção de reconhecer desvios no exercício do poder. Como o mando sugere a ordem, senão a intolerância, o que se vê, com freqüência, é a repulsa à crítica, à condenação da denúncia. Há forte tendência ao império e não à coordenação de vontades, o propósito de impor em vez de dialogar e unir opiniões. Conseqüência dessa atitude de confronto, e não de conciliação, é que erros se desdobram em crises, agravando males sociais. O que a compreensão conteria, para servir bem à coletividade, a intransigência amplia, em prejuízo do corpo social.



A influência dos costumes e da opinião comum, que Tocqueville descortinou na vida das instituições nos Estados Unidos, é fator crescente, ali, de elevação ou de normalidade da coexistência entre o povo e o governo. Não há muito, a atenção do mundo observou a cautela com que procedeu o presidente Clinton, para evitar que as acusações dirigidas a seu comportamento pessoal atingissem a sensibilidade do povo americano.

O descortino do primeiro-ministro da Inglaterra, sendo exemplo louvável, obriga a refletir sobre a ética do poder. Nele, quem se isola, e assim despreza o pensar coletivo, desconhece as regras de governar. Se a sociedade é o espaço de um debate permanente, segundo o discernimento de Balandier, o poder, de modo especial, pressupõe o diálogo contínuo. É que o governante não exprime apenas seu pensamento, nem age como quem administra o bem privado. De seu dever é pensar e agir tendo em conta as aspirações e necessidades da comunidade que o escolhe. No mundo complexo e injusto de nossos dias, maior é a exigência de comunicação entre dirigentes e dirigidos, porque os problemas sociais e econômicos se renovam com incontida velocidade. Ninguém estará seguro do poder, ou no poder, se não dispuser da estima pública. E não tem a estima pública quem confunde governo com arbítrio.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS

NO MUNDO COMPLEXO E INJUSTO DE NOSSOS DIAS, MAIOR É A EXIGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO ENTRE DIRIGENTES E DIRIGIDOS